

**INCLUSÃO DO SURDO NO TRABALHO: DIÁLOGOS SOBRE
TRAJETÓRIAS E RECONHECIMENTO SOCIAL**

Tais Gentil Nogueira^a

<https://orcid.org/0000-0002-5638-2023>

Gardênia Abreu Vieira Fontes^b

<https://orcid.org/0000-0002-3465-8471>

Ana Angélica Martins da Trindade^c

<https://orcid.org/0000-0002-9743-0212>

Robson da Fonseca Neves^d

<https://orcid.org/0000-0002-3889-560X>

Mônica Angelim Gomes de Lima^e

<https://orcid.org/0000-0003-3364-8439>

Resumo

Este estudo contempla as experiências de deficiência de sujeitos surdos, considerando a inserção no trabalho. Orientada pelas teorias compreensivas, esta pesquisa valoriza as dimensões social e cultural do tema e as subjetividades emergentes dos encontros sociais. O propósito deste artigo foi refletir sobre a inclusão do servidor público com surdez, enquanto sujeito social e político, considerando a percepção da experiência desse trabalhador em instituições que adotam práticas inclusivas nos seus processos seletivos. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório, orientada nas ciências sociais e humanas, desenvolvida a partir da análise de narrativas em um contexto

^a Professora. Fisioterapeuta. Mestra em Saúde, Ambiente e Trabalho. Professora de Libras no Ensino Público. Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: gondimtais2012@gmail.com

^b Professora Associada na Universidade Federal da Bahia. Doutora em Saúde Pública com Ênfase em Ciências Sociais em Saúde. Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: gardenia@ufba.br

^c Cientista Social. Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho na Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: angelica.ana@ufba.br

^d Fisioterapeuta. Sanitarista. Doutor em Saúde Pública. Professor do Programa de Pós-Graduação em Fisioterapia na Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: robsonfisioba@gmail.com

^e Médica Sanitarista e do Trabalho. Doutora em Saúde Pública. Professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho na Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: angelim@ufba.br

Endereço para correspondência: Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho, Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia. Largo do Terreiro de Jesus, s/n, Centro Histórico. Salvador, Bahia, Brasil. CEP: 40026-010. E-mail: ppgsat4@gmail.com

institucional. Utilizou-se a modalidade de entrevista narrativa, mediada por entrevistador fluente em língua brasileira de sinais (Libras). A análise encontrou duas categorias autode-terminadas, referentes à identidade do sujeito: (1) “surdo” e (2) “deficiente auditivo”. Afir-mação identitária e estigmatização são dimensões em destaque a partir da identificação de elementos facilitadores e dificultadores do processo inclusivo do surdo no trabalho. Esses elementos se revelaram multifatoriais, intrínsecos e extrínsecos aos sujeitos, com ênfase nas barreiras comunicativas. Com base na teoria social do reconhecimento, a valorização da identidade de surdo, autoestima e participação social ganham relevo na agenda política desse grupo, com possibilidade de reconfigurar a noção de deficiência, afastando-a do lugar de opressão.

Palavras-chave: Surdez. Desejabilidade social. Narrativas. Trabalho. Justiça social.

INCLUSION OF DEAF INDIVIDUALS AT WORK: DIALOGUES ABOUT TRAJECTORIES AND SOCIAL RECOGNITION

Abstract

This study concerns the experiences of deaf individuals, considering their inclusion at work. Guided by comprehensive theories, this research values the social and cultural dimension of the topic and the emerging subjectivities in social encounters. Its purpose is to reflect on the inclusion of deaf public servants, as a social and political subject, considering their experiences in institutions whose selection processes adopt inclusive practices. A qualitative and exploratory research, founded on the social and human sciences, was developed by means on narrative analysis in an institutional context. Data was collected by means of narrative interview mediated by an interviewer fluent in Brazilian Sign Language (Libras). The analysis found two self-determined categories, referring to the subject’s identity: (1) “deaf” and (2) “hearing impaired.” Identity affirmation and stigmatization are highlighted as elements that can facilitate or hinder the inclusive process of deaf individuals at work. These factors proved to be multifactorial, intrinsic and extrinsic to the subjects, with an emphasis on communicative barriers. Based on the social theory of recognition, valorization of the “deaf” identity, self-esteem and social participation gain prominence in the political agenda of this group, with the possibility of reconfiguring the notion of disability, moving away from a place of oppression.

Keywords: Deafness. Social desirability. Narratives. Work. Social justice.

INCLUSIÓN DEL SORDO EN EL TRABAJO: DIÁLOGOS SOBRE TRAYECTORIAS Y RECONOCIMIENTO SOCIAL

Resumen

Este estudio contempla las experiencias de discapacidad de las personas sordas, considerando la inserción en el trabajo. Basándose en teorías integrales, este estudio valora la dimensión social y cultural del tema y las subjetividades que surgen de los encuentros sociales. El propósito de este artículo fue reflexionar sobre la inclusión del funcionario con sordera como sujeto social y político, considerando la experiencia de este trabajador en instituciones que adoptan prácticas inclusivas en sus procesos de selección. Se trató de una investigación cualitativa, exploratoria, con base en las ciencias sociales y humanas, desarrollada a partir del análisis de narrativas en un contexto institucional. Se utilizó la modalidad de entrevista narrativa, mediada por un entrevistador con fluidez en la comunicación en Lengua de Signos brasileña (Libras). El análisis encontró dos categorías autodeterminadas, referidas a la identidad del sujeto: (1) “sordo” y (2) “discapacitado auditivo”. La afirmación de la identidad y el estigma son dimensiones destacadas a partir de la identificación de elementos que facilitan y dificultan el proceso inclusivo de las personas sordas en el trabajo. Estos resultaron ser multifactoriales, intrínsecos y extrínsecos a los sujetos, con énfasis en las barreras comunicativas. A partir de la teoría social del reconocimiento, la valorización de la identidad del sordo, la autoestima y la participación social cobran protagonismo en la agenda política de este grupo, con la posibilidad de reconfigurar la discapacidad como forma de opresión.

Palabras clave: Sordera. Deseabilidad social. Narrativas. Trabajo. Justicia social.

INTRODUÇÃO

A relação entre deficiência e trabalho ocupa cada vez mais espaço na produção interdisciplinar de conhecimento do campo da saúde coletiva, bem como se destaca como pauta das lutas sociais que apontam para possibilidades de reconhecimento da deficiência em relação a contextos socioculturais e políticos, contribuindo, assim, para a formação de sujeitos sociais emancipados. Ainda são poucas as discussões na literatura sobre as ricas experiências sociais das pessoas com deficiência. A dimensão biopsicossocial do tema ainda é pouco abordada, o que torna ainda mais relevante a presente investigação, que contempla as representações sobre a relação entre deficiência e trabalho das pessoas que vivem com surdez¹.

Orientado nas teorias compreensivas, este estudo valorizou o sujeito, o contexto e os sentidos construídos na experiência intersubjetiva da interação social. Esta abordagem assume uma proposição teórico-metodológica inspirada na sociologia compreensiva, de Max Weber, considerando a “teia de relações” como construtora de significados socialmente compartilhados e os sentidos engendrados nas narrativas dos sujeitos sociais, como mensagens da intersubjetividade produzidas coletivamente na ação humana da vida cotidiana, com grande potencial para estimular a problematização e interpretação do mundo social².

Estudos sobre análise de narrativas provenientes do campo das ciências sociais e humanas partem de diferentes matrizes e tradições, como a hermenêutica e a linguística – com destaque para as possibilidades de abordagens sobre a complexidade da experiência do mundo vivido. Essa tendência influencia investigações em âmbitos diversos, como na antropologia, história, sociologia, psicologia social. Nas últimas décadas, tal tendência tem estimulado ainda o olhar interdisciplinar, propiciando o diálogo entre áreas do conhecimento como a saúde e o direito. Ao narrar, os sujeitos rememoram, atualizam percepções, ressignificam sentidos, integrando sua história e trajetória ao fluxo dos eventos, abrindo para outras possibilidades significativas as suas experiências de vida².

Ainda hoje e conquanto tenham-se logrado alguns avanços na área jurídica, especialmente com relação aos Direitos Humanos, também chamados “universais”³, a sociedade se depara com as dificuldades na garantia da inclusão, isto é, com a necessidade de enfrentar a exclusão, as vulnerabilidades e injustiças sociais que atingem pessoas e grupos, alguns considerados como minoritários, os quais não contam com o reconhecimento de suas diferenças. Devido à impossibilidade de utilizar o Censo 2020, que seria o mais recente, não realizado por conta da pandemia de covid-19, foi consultado o Censo 2010, segundo o qual 23,9% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência, sendo a porcentagem de 18,6% para a deficiência visual, 7% para a motora e 5,1% para a deficiência auditiva. Na Bahia, local onde foi realizado o presente estudo, a taxa de pessoas com deficiência foi de 25,9%, demonstrando uma similaridade com a média nacional⁴.

As lutas sociais trazem pautas tanto em termos de igualdade como de respeito às diferenças para conquistar a inclusão e participação das pessoas com deficiência (PCD) em decisões que dizem respeito às suas próprias vidas, o que depende da superação de injustiças históricas oriundas de lugares desiguais e passivos ocupados por pessoas com algum tipo de limitação^{5,6}, marcando histórias de vida pela convivência com estigmas e opressão sociais, dentre outras coisas, destacando-se a compreensão da deficiência como tragédia ou patologia que persiste na atualidade. Exige, ainda, o reconhecimento social de direitos (saúde,

trabalho e educação) e a desconstrução de práticas de negligências das condições de vida, da reflexividade e da capacidade para o trabalho¹. O que se relaciona com a necessidade de superar a naturalização das diferenças⁷.

A inclusão, especificamente dos surdos no trabalho, requer transformações estruturais, sendo indispensável reconhecer a deficiência como uma questão social que historicamente produziu inexistência, limitações funcionais e desqualificação. A constituição de identidades e a participação nas relações em condições de igualdade foram negadas, edificando representações coletivas de inteireza corporal – no que diz respeito às condições de saúde –, capazes de conferir dignidade aos sujeitos, com repercussões também para o indivíduo no mundo do trabalho^{1,3,5}.

Desse modo, acredita-se que seja necessária uma transformação social embasada por representações diversas de deficiência que possibilitem a inclusão, construídas a partir da valorização de vivências individuais e coletivas e da reflexividade das pessoas com deficiência. Aponta-se assim para a renovação de redes de significados que permitem interpretações além do reducionismo biológico e do naturalismo das diferenças, as quais permearam as compreensões sociais sobre deficiência. Incorporam-se, assim, aspectos socioantropológicos para a ressignificação da surdez que não se limita à deficiência auditiva^{2,6}, desestabilizando a hegemonia da normalidade.

A surdez desconstrói-se como patologia e emerge a partir da interação entre corpo político e fatores ambientais. Supera-se o modelo biomédico que considerou perdas auditivas ou anomalias orgânicas, demandando constantes cuidados. Tal postura passou a ser questionada na contemporaneidade, como promotora de medicalização ao impor, inclusive, intervenções cirúrgicas ou implante coclear para a retomada do estado imposto como normal, quanto à inserção compulsória do surdo em sociedades predominantemente ouvintes^{8,9}.

DEFINIÇÃO DE “SURDO”

Este estudo parte das experiências de pessoas surdas, definidas, neste artigo, como sujeitos que adotam para si a identidade da surdez, pertencente a uma cultura surda que emerge de processos interativos em condição de igualdade⁴, o que inclui o mundo do trabalho. Estudos como os de Santos et al.¹⁰ e Nóbrega et al.⁸ compartilham preocupações semelhantes às que são discutidas aqui.

RECONHECIMENTO PARA PENSAR A INCLUSÃO DO SURDO

A inclusão no trabalho relaciona-se às interações entre sujeitos e às decorrentes perspectivas de reconhecimento recíproco⁵. A valorização social dos sujeitos e dos seus papéis,

desencadeada pelo reconhecimento, contribui com a desassociação da deficiência com a improdutividade, a doença ou o castigo, o que se tornou pauta do movimento de trabalhadores, especialmente na camada da população rotulada como inválida, por ser portadora de alguma deficiência, a fim de garantir o enfrentamento de práticas discriminatórias, de indiferença e de invisibilidade, ainda comuns nos ambientes profissionais.

O reconhecimento favorece a compreensão crítica do processo de inclusão do servidor público com surdez em uma instituição por relacioná-lo à justiça social, mobilizando-se, assim, lutas contra injustiças, com destaque para os efeitos morais da subalternidade provocados pelas desigualdades sociais¹¹. Fraser¹¹ propõe que, a partir da noção do reconhecimento social, se reflita sobre a institucionalização de desrespeitos que inviabilizam permanentemente o usufruto de direitos coletivos, pertencimento a grupos sociais, distribuição de poder e renovação de concepções sobre temas diversos.

Para Fraser¹¹, o reconhecimento se dá mediante o enfrentamento dos eixos de subordinação, presentes nas relações sociais, emancipando sujeitos, como as pessoas com deficiência que convivem com a subalternidade. A partir do reconhecimento recíproco nas relações asseguram-se aos participantes autonomia e participação. Quando o reconhecimento é negado ou é mal efetivado, torna-se inevitável a manifestação de desrespeitos, humilhações e subordinações¹¹. Por fim, intencionou-se descrever as dificuldades e facilidades encontradas no processo inclusivo do surdo, no contexto previamente exposto.

A relevância da presente pesquisa, portanto, também é demonstrada pela disposição de contribuir para a identificação de estratégias e práticas que fomentem a inclusão do surdo, sobretudo no mercado de trabalho, e, também, pensar formas e práticas de acolhimento e promoção da visibilidade do sujeito surdo como sujeito de direitos.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa, de natureza qualitativa de caráter exploratório¹², assume uma aproximação das perspectivas compreensivas, utilizando instrumental teórico-metodológico orientado nas ciências sociais e humanas, que valorizam o sujeito e a interação social, apresentando a análise de narrativas¹³ e situações observadas através de trabalho de campo em um contexto institucional caracterizado por processos e fluxos de trabalhos acadêmicos, administrativos e assistenciais, em Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes), na região Nordeste do Brasil.

A abordagem escolhida, apoiada na moldura teórico-metodológica delineada na sociologia compreensiva, de Max Weber, toma a produção narrativa sobre o processo de inclusão enquanto mote para reconhecer a “teia de relações” e as tensões dos agentes

sociais inseridos na inclusão de surdos em um contexto de trabalho². Ancora-se, também, na perspectiva socioantropológica, porque entende este problema – a inclusão do surdo/pessoa com deficiência auditiva – como uma questão social e cultural, daí discute o pressuposto de que o estigma da condição de ser surdo/deficiente auditivo pode interferir e ser um obstáculo no processo de inclusão do surdo no mundo do trabalho.

Para capturar esses sentidos, adotou-se uma técnica mista que utilizou a entrevista semiestruturada e em profundidade¹², bem como a entrevista narrativa¹³ e a exploração dos temas referentes ao objeto de estudo por meio de um roteiro. A escolha de tal modalidade narrativa se fez por considerar que, ao narrar uma história, o sujeito rememora os fatos e coloca em relevo aquilo que julga ser mais importante na sua experiência¹⁴. A realização da entrevista narrativa foi mediada por entrevistador fluente em língua brasileira de sinais (Libras). A partir da concordância dos sujeitos surdos com as transcrições escritas em português pelo entrevistador, foram extraídos os termos significantes, enunciados e conteúdos com os quais os entrevistados significavam a sua experiência no processo de inclusão no trabalho iniciado na instituição escolhida como *lôcus* do estudo^{15,16}.

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos, foram analisados, enquanto *corpus* da pesquisa, os relatos transcritos de servidores públicos surdos ou com deficiência auditiva sobre o processo de inclusão no cargo público da instituição, bem como as suas trajetórias sócio-históricas, obstáculos, elementos facilitadores encontrados e estratégias produzidas por esses sujeitos surdos no âmbito do trabalho. Para o presente artigo, foram consideradas as narrativas de quatro sujeitos: dois surdos e dois com deficiência auditiva admitidos por concurso em cargos públicos.

Vale o registro de que a primeira autora sempre conviveu com pessoas surdas no âmbito familiar, profissional e acadêmico, o que despertou seu interesse em desenvolver o presente estudo, dando voz à questão do surdo e às barreiras encontradas por este para se tornar um trabalhador visível, reconhecido, atuante e que exerce seu papel enquanto cidadão.

O CAMPO, OS SUJEITOS DO ESTUDO E OS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

O estudo em tela envolveu 11 servidores surdos, pertencentes ao quadro de funcionários de uma Ifes, nas categorias de nível superior (docentes e professores substitutos) e nível médio (técnicos administrativos), pertencentes a todos os *campi* sediados nas cidades-sede da instituição. O campo de pesquisa escolhido deveu-se à representatividade da Ifes e, igualmente, por ser reconhecida em todo o país como uma entidade promotora da formação de qualidade, defensora do respeito, da diversidade e do compromisso social e engajada no fomento de políticas e projetos concernentes à inclusão social. A Ifes em questão possuía, no

ano de 2015, o quantitativo de 37.875 estudantes e 6.244 servidores, sendo 41 o número de servidores com diferentes deficiências – motora e visual, por exemplo – e apenas oito sujeitos autoproclamados surdos e deficientes auditivos.

O desenvolvimento do estudo se deu com surdos submetidos a concurso, firmados nos seus respectivos cargos e selecionados segundo idade, sexo, grau da perda, habilidades linguísticas do surdo (Libras, português ou ambas) ou a falta delas. Foram convidados a participar da pesquisa um total de 11 servidores com surdez/deficiência auditiva, porém, como houve negativas, ao final, ficaram quatro participantes e cada um concedeu uma entrevista para este estudo. Realizaram-se duas entrevistas em Língua Portuguesa, na modalidade oral, para servidores que se identificaram como deficientes auditivos. As outras duas entrevistas foram feitas em Libras.

Em uma das entrevistas, foi solicitada a presença de um profissional tradutor-intérprete de Libras, funcionário do Núcleo de Apoio à Inclusão da Ifes, para intermediar esse momento, por compreender que havia uma demanda específica relacionada à sua presença, a fim de que a pesquisadora pudesse se ater, com bastante atenção, às expressões faciais e corporais, as quais também são importantes para a produção do *corpus*. A quarta entrevista foi realizada em Libras, realizada pela primeira autora sem a presença do tradutor-intérprete, pois ocorreu em um final de semana, dia em que o entrevistado estava disponível. Houve o cuidado em filmar as entrevistas feitas na língua de sinais para garantir o processo de decodificação de dados. Como a primeira autora dispõe de proficiência linguística em Libras e contato e interação com a comunidade surda, não houve prejuízo na produção de dados. O **Quadro 1** apresenta a síntese com as principais características dos participantes da pesquisa.

Quadro 1 – Características gerais dos participantes da pesquisa. Salvador, Bahia, Brasil – 2017

	CLARK	MÁRIO	JOANA	ÂNGELO
IDADE	44 anos	43 anos	41 anos	33 anos
SEXO	Masculino	Masculino	Feminino	Masculino
FORMAÇÃO	3º grau completo	3º grau completo	2º grau completo	3º grau completo
TIPO DE SURDEZ	Congênita	Adquirida	Adquirida	Congênita
AUTODENOMINAÇÃO	Surda	Ouvinte com “limitação auditiva”	Ouvinte com deficiência auditiva	Surda
TEMPO DE TRABALHO	1 ano	8 anos	3 anos	2 anos
PRIMEIRA LÍNGUA	Libras	Português	Português	Português
CARGO	Professor substituto	Assistente em administração	Auxiliar de enfermagem	Professor substituto

Fonte: Elaboração própria.

Para análise, foram organizados trechos de entrevista escolhidos com base nas categorias teóricas que orientaram a análise (inclusão no mercado de trabalho e reconhecimento)

e, posteriormente, incluídas as categorias empíricas emergentes. Com isso, buscou-se compreender a inclusão no trabalho do surdo/pessoa com deficiência auditiva em uma lfe, a partir dos sentidos e significados construídos pelos sujeitos intersubjetivamente e expressos nas suas narrativas.

O processo de análise ocorreu em etapas sincrônicas, mas não consecutivas, incluindo: transcrição da entrevista, leitura exaustiva, síntese geral dos interlocutores, síntese individual, reconhecimento das unidades de análise, reconhecimento das pistas interpretativas dos significados, alinhamento com os elementos teóricos e produção final do texto¹⁴.

Foram elencados, em uma tabela, uma dezena de aspectos (categorias) considerados mais relevantes durante a entrevista, a saber: identidade, língua, experiência da surdez/deficiência, trajetória de inclusão e obstáculos/desafios enfrentados – desde a acessibilidade aos editais dos concursos até a perícia médica –, com ênfase na barreira comunicativa, nas relações de trabalho com superiores hierárquicos e colegas de trabalho e nas reivindicações expressas por esses sujeitos. O processo de análise, aqui, não pretendeu esgotar todas as categorias, mas centrar-se naquelas que ofereciam a possibilidade de discutir os obstáculos e facilitadores nas práticas de inclusão.

Assim, com base em Bardin¹⁶, o material foi minuciosamente examinado por meio da análise temática, entendida como a descoberta dos núcleos de sentido, isto é, dos fragmentos da narrativa que ocorrem com mais regularidade e que carregavam entre si eixos temáticos que podiam revelar significados para o objeto de estudo¹⁵.

Por fim, foram considerados cuidadosamente os aspectos éticos da pesquisa seguindo as especificações da resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, que trata dos requisitos éticos com pesquisas em seres humanos, o projeto de origem foi aprovado com o Parecer nº 1737158 pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. As entrevistas gravadas e/ou filmadas foram codificadas para preservar a identidade dos entrevistados, mantendo-se o sigilo sobre eles. Reitera-se que os sujeitos da pesquisa receberam pseudônimos para proteger suas identidades e manter o anonimato.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Neste artigo, serão discutidas duas categorias empíricas principais, quais sejam: identidade do sujeito surdo, facilitadores e obstáculos da inclusão do surdo no trabalho, com ênfase nas barreiras comunicativas.

IDENTIDADE DO SUJEITO SURDO

A categoria denominada “identidade do sujeito surdo” aborda o posicionamento ético-político de cada um dos interlocutores em relação à identidade “surdo” e às condições de

trabalho, as condições institucionais de trabalho, além de discutir os padrões de valoração cultural, institucionalizados no ambiente, e as relações laborais, a partir da ótica do reconhecimento⁶.

Nos relatos de Clark e Ângelo, foi possível identificar elementos facilitadores da inclusão, na medida em que “ser surdo” torna-se uma expressão identitária, ou seja, quando os sujeitos se reconhecem como “surdos”, em vez de “deficientes auditivos”. Essa autoaceitação leva a refletir sobre o processo de subordinação dos indivíduos surdos, favorecendo a criação de condições iguais e integrais de participação, desde que estejam incluídos em condições humanizadas de existência.

Já Joana, mantém a representação da surdez enquanto “deficiência”, autodenominando-se como deficiente auditiva, a fim de tentar adaptar-se à normalidade. Na mesma direção, Mário prefere perceber-se a partir da “limitação auditiva”, caracterizando-se como um sujeito ouvinte com limitação auditiva. Ou seja, Joana e Mário assumem lugares sociais de desempenho e, conseqüentemente, de participação, que se opõem à inclusão, dando lugar a relações opressivas, repercutindo em suas autoimagens. Os relacionamentos estabelecidos no trabalho são orientados por aspectos políticos que reforçam hierarquias institucionais de mando e obediência, restringindo condições e espaços de participação, reproduzindo a exclusão. Tomaremos este contraste de perspectivas como exemplificador de polos de identificação, em diálogo com elementos que destacam a identidade do surdo, o “normal” e a “deficiência”.

A proposta de Fraser¹¹ para assegurar o reconhecimento como facilitador da inclusão vai além de um modelo de identidades culturais e contesta padrões de valoração cultural hegemônicos. O que não se centra em identidades, no entanto, inclui a importância delas como indispensáveis ao processo de reconhecimento do outro como membro integral nas relações. Tomando como referência a classificação de Perlin¹⁷ sobre as múltiplas identidades surdas, é interessante frisar que se trata de construções, plurais e dinâmicas, que, para tal, assumem formas multifacetadas imersas nas esferas cultural, política, social, linguística e de experiência visual. Contribuem, assim, com a manifestação de subjetividades e fortalecem condições de participação nas disputas de poder de uma maioria linguística (composta por pessoas ouvintes).

“Eu prefiro ser chamado de surdo. Minha identidade é surda.” (Clark).

“Eu prefiro ser chamado de surdo porque minha primeira língua é a língua de sinais e minha comunicação é visual.” (Ângelo).

“Minha irmã diz que eu tenho que me impor, que eu tenho que mostrar pras pessoas que eu tenho problema de deficiência auditiva, que não sou surda.

Porque na verdade, surda e muda eu não sou (aumenta levemente o tom de voz).
Surdo é uma coisa, deficiência auditiva é outra coisa. (Joana).

De acordo com Skliar¹⁸, a partir do prisma socioantropológico, a surdez é vista como uma experiência visual de linguagem e de estar no mundo, sendo assim, abarca as singularidades do sujeito surdo tanto no campo linguístico como também cognitivo, comunitário, cultural, identitário, social, político e ético. Portanto, a surdez é significada pelos olhares sobre as diferenças e não sobre a deficiência. Partindo dessa premissa, no contexto educacional, é interessante compreender a necessidade de produção de uma política de significações que faça sentido para os surdos, que fomente um mecanismo de participação para otimização da compreensão e da aprendizagem, rompendo a perspectiva do oralismo como parte da hegemonia de normalidade e com os mitos que circulam sobre a surdez associada à inteligência “fracassada”.

A identidade do sujeito surdo figura como uma importante fonte de significados, bem como oferece um ponto de partida privilegiado para analisar os facilitadores e obstáculos da inclusão do surdo no mundo do trabalho. Assumir ou não a identidade de surdo, parece dividir os sujeitos entre deficientes ou limitados, produzindo, assim, uma estratificação artificial dotada de valores sociais, políticos e culturais que, durante muito tempo, pendeu para a condicionada aceitação social no trabalho daquele que se autodenomina “limitado” em detrimento da intolerância, nesse mesmo cenário, para aqueles denominados ou autodenominados surdos.

Instituições de ensino superior, como a estudada, passam por transições de estruturas conservadoras para modelos inclusivos e contam com mudanças legais importantes, no entanto, ainda insuficientes para desconstruir padrões tornados permanentes de subordinação de status social, tendo tal movimento repercussões para a proteção à saúde dos trabalhadores. Advoga-se, aqui, pela consolidação de espaços de defesa das diferenças e da condição de equiparação de posições nas relações, apoiada em perspectivas de identidades.

FACILITADORES E OBSTÁCULOS DA INCLUSÃO

Em termos de “facilitadores da inclusão”, identificam-se avanços na dimensão jurídica da sociedade indispensáveis ao reconhecimento social, indicando respeito à dignidade das pessoas, com capacidade de assegurar distribuição de bens de acesso e oportunidades de inclusão. Nesse sentido, o Brasil constituiu o decreto nº 5626/2005, que legitima a Libras como a língua natural da comunidade surda. A possibilidade de aceitação de uma língua correlaciona-se à aceitação cultural bem como à interação e participação social. Gesueli¹⁹ discute a concepção da surdez pautada numa quebra de paradigmas e mudanças ideológicas fomentando a importância

da Libras para o surdo romper com a hegemonia do oralismo, dando visibilidade ao papel da comunidade surda também no processo de inserção no mundo do trabalho. O bilinguismo (uso da Libras como primeira língua e do português na modalidade escrita) apresenta-se, portanto, como proposta educacional que valoriza o respeito ao direito surdo e à modalidade visual-espacial das línguas de sinais, compreendendo-a como língua natural das comunidades surdas com capacidade de estabelecer condições dignas de relações e de trabalho.

Em sequência, o aspecto linguístico atrelado à comunicação dos interlocutores nos remete a pensar que há uma correlação entre língua, identidade e constituição política dos sujeitos ao considerá-los a partir de sua identidade surda, defendendo o uso da Libras como forma predominante de comunicação, com questionamentos à necessidade de a surdez incorporar em seu dia a dia a língua portuguesa. Com base nos trechos de narrativas dos participantes deste estudo, reitera-se o empoderamento⁸ como necessário a uma certa militância da comunidade surda, que encontra na língua de sinais um meio de articulação e valorização do grupo. Nas narrativas dos sujeitos surdos e a partir das observações cotidianas na comunidade de surdos, percebe-se que a Libras representa a liberdade do surdo em escolher como deseja se comunicar, sem que precise ser forçado a oralizar, como um ouvinte. Em seguida, percebemos no contato com os entrevistados que os usuários da língua de sinais compreendem a importância de aprender a língua portuguesa como modalidade escrita desde a infância e os que se percebem como deficientes auditivos normalmente nunca tiveram contato ou aprenderam Libras.

“[...] o surdo ele sabe que ele não é igual a um ouvinte. Ele se sente diferente. Ele precisa de sua língua visual que é a língua de sinais. As informações são todas através do visual, não através da audição. E está difundido que ele é capaz de mostrar à sociedade a importância de saber que a pessoa surda é diferente e também tem seu espaço.” (Clark).

No cotidiano do trabalho, as polaridades ganham novos sentidos. A despeito do reconhecimento da surdez, as barreiras comunicativas impõem limites, exigem estratégias, mediações e produzem sofrimento. Dentro dessa categoria, outro aspecto analisado foi o que se agrupou como “obstáculos da inclusão”, que sistematizou práticas de não reconhecimento ou de falso reconhecimento encontradas na experiência com a surdez/deficiência auditiva no âmbito do trabalho. Com exceção de Joana, que relatou não ter tido problemas com a sua deficiência auditiva, para os demais interlocutores destacam-se, como um dos entraves do processo de inclusão no trabalho, as barreiras comunicativas. Tais limitações ocorrem pelo fato

de a Libras não ser conhecida por boa parte dos ouvintes, além da convivência com preconceitos de diferentes dimensões. As narrativas desvelam o cenário atual de exclusão e invisibilidade que os surdos/deficientes auditivos enfrentam e vivenciam.

“É muito difícil ler o edital. Ele tem muitos detalhes. Surgiram várias dúvidas. Então eu vim perguntar aos intérpretes, porque tinha que apresentar uma série de documentos, certificados, e como são muitos detalhes e a IES é muito rígida nesse sentido, eu não queria ser reprovado por falta de documentos.” (Clark).

“Bem, no começo, quando eu passei no concurso aqui, foi uma experiência em que aconteceram alguns problemas, porque minha primeira barreira foi porque eles não me chamaram, eles ligaram pra mim. E eu cheguei aqui na IES sem intérprete. Eu fui conversar com a coordenação, e ela não sabia a língua de sinais. Foi minha primeira experiência em que eu tinha uma barreira comunicativa.” (Clark).

Para Bisol²⁰, o obstáculo da barreira comunicativa sofrida pelo surdo é reflexo da concepção de que o indivíduo com surdez, em seu silêncio, não pode gozar de ter uma conversa, ouvir música ou atender ao telefone, por exemplo, e, por isso, termina isolado dos ouvintes, impedido pela barreira da própria limitação. No entanto, este estudo sugere que é o não reconhecimento e a não adoção da Libras pelos ouvintes que ocasiona a verdadeira barreira comunicativa, como observado nas narrativas, quando há uma reivindicação por parte de Clark, enquanto professor, para ter o direito a um intérprete em Libras para viabilizar sua comunicação junto à coordenação e aos alunos e para ministrar suas aulas teóricas.

“Nos seminários, principalmente, porque os alunos não sabiam o básico para poder fazer o seminário em língua de sinais. Então, foi difícil pra mim. [...] Com a presença do profissional intérprete é muito mais fácil. Mas sem a presença dele era muito difícil. Nas aulas práticas, eu conseguia ter bons diálogos com os alunos, conseguíamos conversar bastante. Mas na parte teórica era difícil. Eu queria dar aula sozinho, mas os alunos não sabiam Libras para entender o que eu estava explicando sobre a cultura, o aspecto linguístico, identidade, questões históricas. Enfim, toda a parte teórica ia ficar muito difícil para os alunos.” (Clark).

Clark percorreu sobre a principal dificuldade – a ausência do intérprete – enfrentada no período em que trabalhou na Ifes. Contextualizou como essa questão impactava suas aulas. Entretanto, relatou que foi bem inserido no trabalho. Além disso, apontou que as

relações mantidas com os colegas de trabalho eram basicamente com servidores que sabiam Libras, em função do entrave na comunicação. Assim também Ângelo descreve o conforto na sala de aula e o isolamento entre os pares.

“Na sala de aula, eu nunca me senti excluído. Mas fora dela sim. Eu me sentia sozinho, isolado, excluído em relação aos meus colegas de trabalho. É [...] era isso. Eu via as pessoas conversando e eu ficava olhando, calado. Mas eu entendia, porque o português é a língua deles, já que eles são ouvintes. E também eles não sabiam Libras. Era isso.” (Ângelo).

Pode-se verificar, nesta situação, mais um exemplo de falso reconhecimento do surdo – configurando-se como desrespeito e desvalorização –, pois a falta de intérpretes representa, na concepção da comunidade ouvinte, que o “normal” é a língua portuguesa (a língua oral), e que cabe ao surdo adequar-se a tal requisito – isto é, oralizar, encaixar-se nos moldes dos ouvintes¹⁷.

A vida em sociedade exige a inclusão das pessoas na dinâmica de relações materiais e subjetivas, de forma que os cidadãos participem de maneira independente e com direito à voz no processo de tomada de decisões e na distribuição de bens coletivos. O reconhecimento na perspectiva da justiça social alia-se à redistribuição. Possibilitando a formação de sentimentos de igualitarismo, dignidade e respeito às diferenças entre indivíduos e grupos. Apresenta-se, de forma objetiva, ao direcionar demandas para políticas públicas referentes à ampliação do acesso e do usufruto dos direitos políticos e sociais. Ao combinar reconhecimento e redistribuição, ampliam-se possibilidades de reparação de injustiças, indo além das identidades culturais específicas de um grupo. O reconhecimento é, ainda, uma questão de status social, exige uma condição permanente de paridade entre as pessoas¹¹.

Como a deficiência resulta da interação de um grupo com a sociedade, o reconhecimento estimula mudanças de atitudes, assegura ambientes de plena participação e de igualdade de oportunidades. Por outro lado, o não reconhecimento ou falso reconhecimento revela subordinação social de sujeitos em condições de vulnerabilidades, institucionalizada em forma de padrões de valoração cultural. A subordinação social gera privações em termos de reciprocidade e inclusão, e, conseqüentemente, consolida a formação de cidadãos de segunda classe¹¹.

Percebe-se que é tão importante quanto a luta pelo reconhecimento, pela dignidade e inserção do surdo no mundo do trabalho, igualmente, a luta pela criação de condições de possibilidade de permanência de trabalhadores no seu labor, mantendo a sua autonomia, capacidade produtiva e empregabilidade.

Na relação com o trabalho, mais uma vez, com exceção de Joana, os interlocutores relatam certa dificuldade de comunicação com os colegas e superiores, devido à barreira comunicativa entre surdos e ouvintes. Também sinalizam para a ausência de intérpretes, que deveriam estar presentes prestando auxílio aos servidores surdos.

Se o reconhecimento não ocorre de forma integral, o seu oposto, o falso reconhecimento, oprime as pessoas, cerceando liberdades fundamentais com a negação da própria surdez. Cotidianamente, locais e processos de trabalho desrespeitam as necessidades particulares dos surdos, sendo mantidas condições de acolhimento, apenas, para os ouvintes. O ambiente e as relações de trabalho tornam-se insalubres por gerarem riscos de adoecimentos de ordem mental devido a assédios morais e humilhações.

“Eu não nasci assim. Eu nasci perfeitamente normal. [...] Eu prefiro o termo limitação auditiva. Eu não me vejo como uma pessoa anormal, diferente dos outros. Eu me vejo como uma pessoa normal, que tenho essa limitação.” (Mário).

Clark também referiu ter estudado numa escola especial para crianças que apresentavam problemas cognitivos. O que sugeriu mais dois aspectos de destaque em termos de “obstáculos da inclusão” que são as associações da surdez com limitações cognitivas ao longo das histórias de vida e, especialmente, no trabalho e o desconhecimento, por parte da sociedade, sobre as singularidades das necessidades do sujeito surdo.

“A identidade surda é o surdo se aceitar como tal e ele viver em comunidade, dando apoio em associações, lutando pelo direito surdo. Por exemplo, o surdo ele sabe que ele não é igual a um ouvinte. Ele se sente diferente. Ele precisa de sua língua visual que é a língua de sinais. Ele defende essa língua, como eu defendo a língua de sinais.” (Clark).

Tais obstáculos e desafios também são percebidos em mecanismos como editais, perícia de admissão, processo e ambiente de trabalho. Tendo como elementos mais significativos a dificuldade de entendimento dos editais dos concursos e o trato com colegas de trabalho e superiores, a questão das vagas reservadas para pessoas com deficiência (que, segundo os relatos, foram inexistentes) e, por fim, constrangimentos e abusos, mais proeminentes nos fragmentos da narrativa de Mário, e da discriminação por ele sofrida, pelo fato de ser uma pessoa com deficiência auditiva. Nota-se que ainda há despreparo quanto à falta de cuidado,

por exemplo, ao priorizar a comunicação telefônica para comunicar a aprovação do concurso a um sujeito surdo. Igualmente, ocorre a falta do cuidado com aquele aspecto mais fundamental ao ser humano, descrito por Ayres^{21:23} como “[...] o privilegiamento da dimensão dialógica do encontro, isto é, a abertura a um autêntico interesse em ouvir o outro”.

As vagas disponíveis na instituição estudada foram disponibilizadas para professor de Libras, sem o devido cuidado com docentes surdos que poderiam se inscrever para pleitear uma vaga. Como é do conhecimento geral que os surdos apresentam dificuldade na modalidade escrita do português, como é possível incluir prova dissertativa no concurso, sem considerar isso?

“Era difícil para mim desenvolver atividades no trabalho quando eu precisava escrever algum texto em português. Eu tinha muita dificuldade. Ficava imaginando quais as melhores palavras para utilizar. Quando eu precisava fazer alguma adequação para o português na modalidade escrita, eu tinha dificuldade e demorava muito para escrever. Eu precisava de um intérprete para me auxiliar passando o que eu estava dizendo em Libras para o português escrito.” (Ângelo).

Atualmente, existe uma forte preocupação da comunidade surda com a ampliação de espaços de denúncia sobre a inadequação de determinadas atitudes nas relações sociais, como no item “formação exigida” para concorrer ao cargo de professor de Libras; os sujeitos surdos defendem que o requisito deveria ser “formação específica em Letras-Libras” e não outras formações.

Mário também revelou recorrer a estratégias de sobrevivência ao se deparar com a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, ao receber negativas nas fases finais dos processos seletivos, quando os contratantes percebiam sua deficiência auditiva. Ademais, esse mesmo interlocutor traz, em caráter de denúncia, a postura da Ifes em manter editais que não contemplam vagas dirigidas às pessoas com deficiência, como estabelece a legislação vigente, chegando até a comentar sobre a questão judicial que está posta nessa situação. Relata assim: “com forte emoção, as experiências vividas desde sua admissão até o momento da entrevista, demonstrando ter certa dificuldade em falar sobre alguns pontos, movido pela carga emocional, que as lembranças lhe causavam” (Sentimentos e expressões extraídos da entrevista de Mário). Reportou ainda a frustração que sofreu ao adentrar na Ifes e não receber o tratamento esperado enquanto servidor público, sofrendo constrangimento, humilhação, causando-lhe um mal-estar

indescritível, que se configurou em um quadro de adoecimento crônico no trabalho. Algo que não pode ficar despercebido na perspectiva da saúde do trabalhador, pois torna claro nuances relevantes para a construção do nexos causal entre a luta pela dignidade, pela integridade física e pelo reconhecimento do valor do sujeito surdo no mundo do trabalho e a saúde desse trabalhador ainda invisibilizado pelas políticas institucionais.

“No meu caso, falar de pessoa surda não cabe a mim, não é meu caso. Tenho uma limitação auditiva, mas eu não sou surdo, assim é minha concepção. A deficiência auditiva não é um termo pejorativo. Mas, mesmo assim, eu prefiro limitação auditiva. [...] Mas ainda assim, é necessário que as pessoas compreendam que essa pessoa precisa de um tratamento diferenciado. [...] O trabalho realmente não tem sido fácil. Tenho passado por maus bocados, principalmente na IES por questão de assédio moral, perseguição. São chefes gritando com você, entendeu? E você acaba adoecendo porque as pessoas começam a te tratar com preconceito, às vezes com desprezo. [...] Isso foi me adoecendo, adoecendo e eu entrei em depressão [ficou emocionado]. De lá para cá estou lutando, fazendo tratamento e tudo. Então, eu digo para você: é constrangedor, tem muito sofrimento psicológico, emocional, muito grande. É um tipo de sofrimento que as pessoas não veem.” (Mário).

Em resumo, os “obstáculos da inclusão” levam às reivindicações dos interlocutores para superar as dificuldades naquele ambiente de trabalho, como: presença de intérpretes de Libras para intermediar a comunicação entre o professor surdo e os alunos nas aulas teóricas, visto que os alunos ainda não possuíam domínio de Libras para alcançar assuntos mais específicos; adequação do edital para os surdos, viabilizando a compreensão de todo o conteúdo e contemplando de forma igual a surdos e ouvintes; concursos com acessibilidade em Libras, apresentando as provas sinalizadas para os surdos; aumento da reserva de vagas, respeitando-se o número de vagas que surgem no processo de convocação dos servidores, de modo a contemplar servidores com deficiência; capacitação pericial com enfoque no conteúdo que tange à surdez/deficiência; humanização na relação e no tratamento entre peritos e servidores.

À luz da Teoria do Reconhecimento de Fraser¹¹, compreende-se então que para o sujeito surdo, ao reconhecer sua condição como social diversa, a autoestima, a valorização da capacidade reflexiva e a formação política das pessoas encorajam mudanças e capacidades, constituindo-se aspectos indispensáveis à contestação do modelo de valoração cultural do ouvinte (pessoa não surda) institucionalizado, indicando passos importantes em direção ao reconhecimento.

O reconhecimento do sujeito torna-se sinônimo de justiça social¹¹. O surdo, em suas relações com os outros, precisa ser reconhecido e reconhecer-se como membro do grupo em condição de paridade de participação e cidadania, sendo assim assegurados igualdade de acesso às oportunidades e respeito às diferenças. O status de “surdo”, portanto, não é de subordinação e, conseqüentemente, não de opressão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas dos servidores surdos revelam experiências de exposição às fragilidades e riscos de sofrimento, vivenciadas como “falta de reconhecimento e valorização”. Um clamor por reconhecimento como sujeitos sociais em condições de igualdade de direitos à respeitabilidade e dignidade, com plenas condições de se integrarem no mundo do trabalho. As principais dificuldades à inclusão do surdo citadas pelos interlocutores foram: a barreira comunicativa, a associação da surdez com limitações cognitivas, a superação de representações patológicas da deficiência e as discriminações sofridas. Já o protagonismo materno, a afirmação da identidade, a língua como elemento da identidade e o empoderamento são facilitadores importantes a serem considerados na construção de novos caminhos de afirmação da identidade surda na vida e no mundo do trabalho.

Além disso, notou-se o quão importante se faz o reconhecimento na ampliação da justiça social, ao contribuir com a estruturação da sociedade de modo a responder às diferentes necessidades de seus membros. Indica-se, assim, o sentido político do reconhecimento, que possibilita aos sujeitos contestarem a ordem institucional estabelecida, desconstruindo injustiças e propondo projetos sociais a partir de suas especificidades.

COLABORADORES

1. Concepção do projeto, análise e interpretação dos dados: Tais Gentil Nogueira, Mônica Angelim Gomes de Lima e Gardênia Abreu Vieira Fontes.

2. Redação do artigo e revisão crítica relevante do conteúdo intelectual: Tais Gentil Nogueira, Mônica Angelim Gomes de Lima, Gardênia Abreu Vieira Fontes, Ana Angélica Martins da Trindade e Robson da Fonseca Neves.

3. Revisão e/ou aprovação final da versão a ser publicada: Tais Gentil Nogueira, Gardênia Abreu Vieira Fontes, Robson da Fonseca Neves e Mônica Angelim Gomes de Lima.

4. Ser responsável por todos os aspectos do trabalho na garantia da exatidão e integridade de qualquer parte da obra: Tais Gentil Nogueira e Mônica Angelim Gomes de Lima.

REFERÊNCIAS

1. García VG. Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. *Trab Educ Saúde*. 2014;12(1):165-87.
2. Alves PC. A teoria sociológica contemporânea: da superdeterminação pela teoria à historicidade. *Soc Estado*. 2010;25(1):15-31.
3. Diniz D. O que é deficiência. São Paulo (SP): Editora Brasiliense; 2007.
4. Oliveira LMB, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência. Brasília (DF): SDH-PR/SNPD; 2012.
5. Vasconcelos FD. O trabalhador com deficiência e as práticas de inclusão no mercado de trabalho de Salvador, Bahia. *Rev Bras Saúde Ocup*. 2010;35(121):41-52.
6. Toldrá RC, De Marque CB, Brunello MIB. Desafios para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: experiências em construção. *Rev Ter Ocup Univ São Paulo*. 2010;21(2):158-65.
7. Martins BS, Fontes F, Hespanha P, Berg A. A emancipação dos estudos da deficiência. *Rev Crit Ciênc Sociais*. 2012;(98):45-64.
8. Nóbrega JD, Andrade AB, Pontes RJS, Bosi MLM, Machado MMT. Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais. *Ciênc Saúde Colet*. 2012;17(3):671-9.
9. Martins SESO, Napolitano CJ. Inclusão, acessibilidade e permanência: direitos de estudantes surdos à educação superior. *Educ Rev*. 2017;(spe.3):107-26.
10. Santos TM, Faria CA, Vieira LC. Deficiência auditiva e mercado de trabalho: uma visão de empregadores da cidade de Uberlândia-MG. *Psicol Teor Prat*. 2013;15(2):92-103.
11. Fraser N. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*. 2007;(70):101-38.
12. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12a ed. São Paulo (SP): Hucitec; 2010.
13. Bauer MW, Gaskell, G. Entrevista narrativa. In: Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 8a ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2010. p. 90-113.
14. Bernard HR. Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches. 4th ed. Lanham: AltaMira Press; 2006.
15. Barthes R. Elementos de semiologia. 15a ed. São Paulo (SP): Cultrix; 2003.
16. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2011.

17. Perlin GTT. Identidades surdas. In: Skliar C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6a ed. Porto Alegre (RS): Mediação; 2013. P. 54-56.
18. Skliar C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: Skliar C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6a ed. Porto Alegre (RS): Mediação; 2013. p. 7-32.
19. Gesueli ZM. Lingua(gem) e identidade: a surdez em questão. Educ Soc. 2006;27(94):299-314.
20. Bisol C. Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. Psicol Teor e Pesq. 2010;26(1):7-13.
21. Ayres JRCM. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. Saúde Soc. 2004;13(3):16-29.

Recebido: 9.5.2019. Aprovado: 26.4.2021.